

O desafio da dívida

15 DEZ 1985
CESAR FONSECA Da Secretaria de Economia

Enquanto o País continuar transferindo alto nível de renda interna, através das exportações, para pagar os juros da dívida externa será praticamente impossível reduzir a inflação. Conseqüentemente, fica comprometida a retomada do crescimento econômico em bases auto-sustentáveis. O superávit comercial gerado anualmente, reflexo direto da transferência líquida de capitais, age como fator inflacionário na medida em que os dólares gerados pelos exportadores convertidos em cruzeiros pressionam a liquidez obrigando as autoridades econômicas a enxugarem através da emissão de títulos da dívida pública. A saída é reduzir o nível das transferências via redução do pagamento dos juros e promover o crescimento do País para dentro.

Essa é a opinião do economista João Luis da Silva Dias, secretário executivo da Secretaria de Abastecimento e Preços (SEAP), um dos principais assessores do ministro da Fazenda, Dilson Funaro. Para ele, o superávit comercial de 12 bilhões de dólares que o País está produzindo anualmente para pagar os juros da dívida corresponde à perfeição o esforço exagerado feito pela Nação, esforço este, reconheceu, que dificulta a retomada do crescimento interno caso não haja espaço para garantir recursos necessários ao financiamento das atividades internas. João Luis da Silva admitiu que sem uma renegociação satisfatória da dívida externa, as medidas antiinflacionárias que estão sendo articuladas pelo governo dificilmente gerarão resultados consistentes porque representará um esforço unilateral.

Reduzindo o pagamento dos juros externos sobrarão ao País mais recursos para promover o aumento dos investimentos necessários à geração de maior nível de emprego e das atividades econômicas em geral. O programa antiinflacionário de 1985 que contempla a elaboração de um pacto social de forma a manter os preços e os salários em níveis razoáveis poderá, dessa forma, ficar comprometido. O País teria que continuar esforçando-se para aumentar as exportações, e tendo que suportar, conseqüentemente, a pressão inflacionária externa. O ministro da Fazenda, Dilson Funaro, disse na última quarta-feira que será

fundamental a realização de uma negociação satisfatória. O chefe da assessoria internacional da Fazenda, ministro Alvaro Alencar destacou que sem reduzir as transferências líquidas tudo ficará mais difícil. E o chefe da assessoria econômica da Fazenda, o economista Luis Gonzaga Belluzzo, idem. O tema será o principal assunto da reunião de Cartagena que se inicia amanhã, em Montevideu, entre os 11 países latino-americanos

Segundo o ministro Alvaro de Alencar, três condições essenciais serão acertadas em Cartagena: 1 — será necessário deixar bastante claro que os ajustes econômicos dos países devedores somente serão possíveis através do crescimento econômico. A terapia ortodoxa ditada pelo FMI não deu certo na América Latina. Ela apenas intensificou a recessão econômica, o desemprego e criou bases para o desequilíbrio social lançando perigo à estabilidade democrática; 2 — os países credores e devedores são corresponsáveis pela situação de endividamento atuais dos países devedores. As dificuldades surgidas para saldar os compromissos é responsabilidade de ambos. Ou seja, a solução somente é possível através da via política e não técnica; e 3 — será indispensável estancar a transferência líquida de capitais dos países devedores aos países credores. Para tanto, destaca o ministro Alencar, será indispensável obter uma redução do pagamento dos juros. Essa será a reivindicação mais difícil de ser implementada. Mas Alencar acha que se os países endividados se sentirem impossibilitados a continuar gerando superávits comerciais crescentes isso servirá de forte motivo para amolecer as resistências dos países credores.

Com o programa econômico aprovado pelo Congresso o Governo negociará com FMI e credores. Se o FMI não aceitar, o Governo se sente confiante para implementar o programa de forma soberana e autônoma em 1986 sem precisar do aval da instituição. Durante um ano, segundo Luis Gonzaga Belluzzo, o Governo acertará a economia, reduzindo a inflação e mantendo o crescimento, pois entende que será possível reduzir o déficit operacional do setor público dos atuais 3,2% do Produto Interno Bruto para 0,5%.